

No dia 15 último, um grupo de mais de 70 posseiros invadia a reserva Bororo, em Mato Grosso, matava o Padre Rudolf Lunkenbein, de 37 anos, chefe da Missão Salesiana de Merure, o índio Simão Cristino e feria vários outros índios. No dia 10, no Alto Solimões, índios marubo, revoltados, haviam morto o fun-

cionário da Funai Vitor Bataglia. "Casos como estes podem se repetir a qualquer momento, em outros lugares, pois tudo está ligado ao problema da posse da terra, que é nacional", adverte o Padre Egidio Schwabe, da Comissão Indigenista Missionária - Cimi - órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Um dos responsáveis pelo traba-

lho de conscientização dos índios quanto a seus direitos, o Padre Rudolf levantara pessoalmente o mapa completo do território Bororo, conseguiu toda a documentação necessária à legalização da propriedade e depois esviera várias vezes na Funai, at obter a aprovação do mapeamento praticamente na íntegra e a demarcação da reserva. Da ter sido

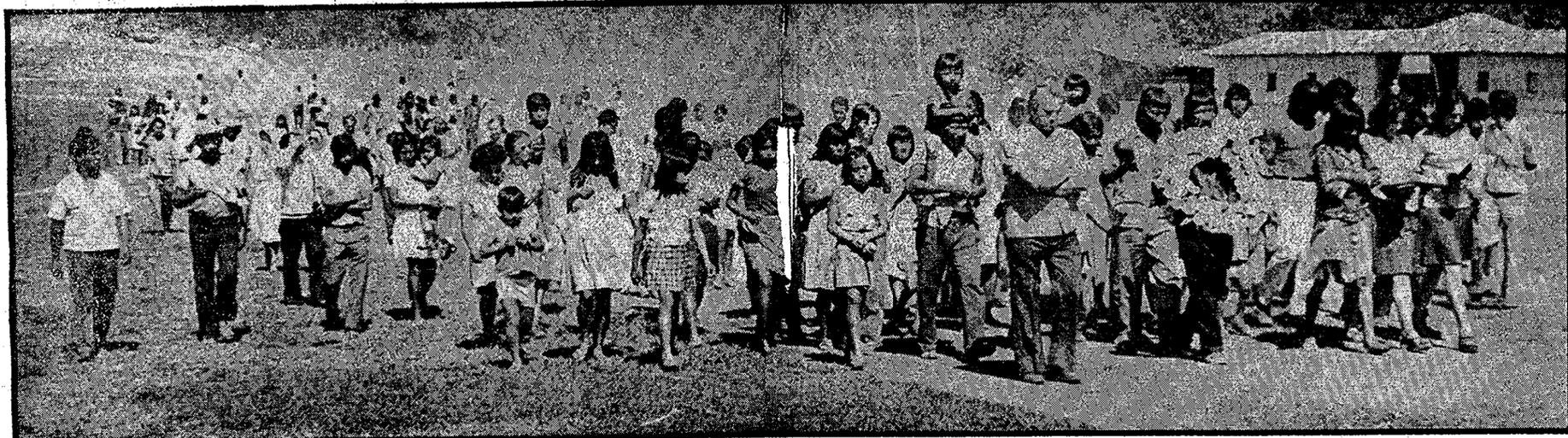


As novas gerações Bororo. Ao lado dos garotos, o Bororo de 17 anos, armado para a defesa contra os posseiros

morto por posseiros e grandes fazendeiros, que, inconformados, atacaram a sede da colônia salesiana. O Padre Schwabe acha que todo o problema, em última análise, está no próprio sistema de distribuição da propriedade, que deixa sem terras o índio e o pequeno agricultor — daí os choques.



O Padre José Vicente César e os Bororo em frente ao túmulo do Padre Rudolf. O cacique tirou o cacar, que é seguro por outro índio



Os Bororo, com o Padre salesiano à frente, caminham para a missa de sétimo dia do Padre Rudolf

# O MAPA DO PAÍS BORORO MATOU O PADRE RUDOLF

Emílio de Faria Braga

Brasília — A Comissão Indigenista Missionária, a partir de 1974, intensificou seus trabalhos junto aos índios com um programa de três pontos: 1) levantamento nacional da situação indígena; 2) promoção de encontros regionais de pastoral indigenista para a troca de experiências missionárias; e 3) promoção de assembleias de chefes indígenas.

O terceiro ponto, conforme o Padre Egidio Schwabe, explica em boa parte porque aumentaram as probabilidades de conflitos em territórios indígenas.

O objetivo das assembleias é fazer com que os índios descubram por si mesmos as soluções para os seus problemas, superando todo o paternalismo, seja da Funai, seja das Missões.

Já na primeira assembleia de chefes indígenas, em Diamantino, Mato Grosso, em 1974, chefes indígenas de todo o país demonstraram sua disposição de lutar ("Vamos garantir nossas terras de qualquer maneira, e delas ninguém nos expulsará", "se ficarmos unidos seremos mais fortes").

O Padre Egidio Schwabe lembra um artigo seu publicado em abril deste ano na revista Vozes, para mostrar que os índios não se resumiram às palavras:

Os Bororos (da colônia Merure, onde foi assassinado o Padre Rudolf Lunkenbein) levantaram a sério a preocupação de reunir mais seu povo. Fizaram visitas aos seus irmãos de Rondonópolis e Paraíso. Estes últimos, que viviam humilhados pela cachaça que bebiam no desespero de ver que todo o chão lhes tinha fugido debaixo dos pés, se reanimaram e levantaram acampamento. Foram juntar-se ao grupo de Merure, onde estão felizes e integrados na luta pela garantia de suas terras.

Unidos como explicou o padre, os Bororos passaram à ação:

Os Bororos enviaram documentos à Funai e à imprensa, denunciando os fazendeiros que não retiravam o gado de suas terras. E mais: não havendo reação eficiente por parte da Funai, os Bororos começaram a comer o gado dos fazendeiros que se alimentava em suas terras. Desta forma, como os seus vizinhos Xavante, conseguiram "maturar a cabeça do Governo", na expressão do cacique Juruna, Xavante".

A tomada de consciência dos índios e a preparação para a luta foi feita em íntima comunhão com os padres missionários. Mais duas assembleias de chefes indígenas foram realizadas depois de 1974, sempre com a participação de representantes de tribos. E os índios passaram a comparecer a todos os encontros dos missionários, promovidos pelo Cimi, hoje, inclusive, têm dois representantes no órgão. Por isso, não raro os chefes indígenas aparecem no acartado gabinete do presidente da Funai, General Ismarth de Araújo Oliveira, em Brasília, "apresentando reivindicações, exigindo respostas claras e sem evasivas".

A demarcação de algumas reservas indígenas, determinada pela Funai, foi consequência desse trabalho de conscientização dos índios. O Padre Rudolf Lunkenbein levantou pessoalmente o mapa completo do território Bororo, onde está a colônia salesiana de Meruti (MT). Conseguiu os documentos comprobatórios necessários à sua legalização, esteve várias vezes na Funai, at obter a aprovação praticamente na íntegra, da reserva e da determinação de que a área fosse demarcada. Ai então, posseiros e grandes fazendeiros, que há muitos anos já invadiram essas terras indígenas, decidi-

ram realizar o cacar à sede da colônia salesiana e assassinaram o Padre.

O Padre Egidio Schwabe não sabe exatamente onde poderão ocorrer novos e imediatos conflitos em áreas indígenas "eles já estão correndo" mas tem uma hipótese a respê:

— Creio que os conflitos ocorrerão onde o índio tem mais consciência de que sua situação é aflitiva, o que não significa que seja na área onde o índio está em pior situação.

Para o Padre Egidio Schwabe, além da ação conscientizadora do Cimi junto aos índios, outro fator — o mais importante e fundamental — que explica os atuais conflitos é a forma com os vários órgãos governamentais (Funai, INCRA, Ministério da Justiça, Polícia Federal) encarregados de solucionar o problema, vêm se conduzindo, desde há muitos anos e difícil — segundo o Padre — o "civilizado" abandonar a compreensão que tem o problema do índio "pensam de maneira simplista que, se a população indígena do país os índios não têm necessidade de terra".

O Cimi e os antropólogos em geral consideram essa concepção "uma agressão ao universo cultural do índio". Os índios têm uma relação com a terra baseada na satisfação das necessidades da vida da comunidade e não na busca de lucro.

— Eles não estão a terra como nós o fazemos destruído o meio ambiente. Por isso o respeito aos valores culturais indígenas exige que, ao reconhecermos o direito a uma extensão de terra maior como garantia de seu equilíbrio e sobrevivência.

Segundo o Padre Egidio Schwabe, os conflitos são fundamentalmente originados pelo choque de modos de produção: para uns a terra é apenas um meio de produção; para outros, é uma mercadoria. Assim o conflito trará só com os índios. O Cimi afirma: "Agravou-se ainda mais o problema, pois empresas que invadem terras indígenas estão igualmente expulsando posseiros e pequenos trabalhadores rurais, espantando de seu meio de trabalho (a terra) e, por isso, são também compelidos a invadir áreas indígenas."

Nos Estados do Sul, explica o Padre, é onde esse conflito atingiu maior intensidade e se mostrou claramente. Ao contrário dos Estados do Norte, onde, por exem-

plio, as obras da Rodovia Perimetral Norte (Roraima e Amazonas) provocaram a dispersão de tribos, com índios se incorporando às frentes de trabalho da rodovia e, portanto, a um modo de produção que não é o seu, nos Estados do Sul a terra é disputada palmo a palmo por índios, posseiros, pequenos trabalhadores rurais, grandes proprietários e grandes empresas.

O Padre Egon Dionísio Heck, conselheiro do Cimi, na Coordenadoria da Região Sul, descreve a situação na Reserva Nanaoi (Rio Grande do Sul), onde "a situação é mais extremada do país":

— Ali, para cada 14 mil hectares de terras da reserva indígena, existem aproximadamente 1 mil famílias de intrusos e apenas cerca de 200 famílias Nanaoi. Então, se dividirmos a terra entre intrusos e índios, teremos aproximadamente uma área de 12 ou 13 hectares para cada família. Acontece que o módulo da propriedade familiar rural no Sul é de 25 hectares. Portanto, nem na própria reserva o índio pode dispor do mínimo de terra necessário para trabalhar, não dispõe sequer de um minifúndio.

O Padre Egon Heck acusa o Estado do Rio Grande do Sul de ser "o primeiro e maior grileiro de terras indígenas no próprio Estado, pois retirou de antigas reservas indígenas as áreas necessárias para a implantação de duas reservas florestais: metade das reservas Nanaoi e outro tanto da reserva Inhacorá. E acusa ainda outros órgãos oficiais, como a própria Funai, que patrocinam a invasão contínua e permanente de áreas indígenas já superpovoadas".

Os índios sem terras procuram se instalar nessas reservas florestais, mas são expulsos pelos guardas florestais. Eles não têm mais condições de continuar nas próprias reservas, assistindo à constante invasão, levando madeira, que lhes é negada mas é utilizada para a construção de escolas e outras instalações para as famílias dos intrusos.

Os padres do Cimi afirmam que a intenção dos missionários é apenas a de fazer com que se cumpram as leis. A Constituição, o estatuto dos índios e uma lista enorme de legisladores brasileiros garantem o direito ao índio da posse das terras que estão sendo invadidas. Acreditam, no entanto, que só com a tomada de consciência dos

índios sobre os seus problemas essas leis serão eventualmente cumpridas.

O Padre Egon Heck irritou-se quando soube que o INCRA e a Funai estavam anunciando a formação de um grupo de trabalho para fazer um levantamento sobre a ocupação de terras indígenas e propor uma solução:

"No Sul já se montaram mais de 10 vezes essas comissões que não tiveram outro resultado senão gastar verbas que são destinadas aos índios. Isso não passa de uma cortina de fumaça que surge a cada vez que um conflito sai de território indígena para as páginas dos jornais. Uma tentativa de ocultar os fatos da opinião pública e adiar uma solução que talvez nem mesmo o Governo tenha disposição suficiente para propor, por contrariar a tendência do crescimento econômico do país e não ter contra si uma "consciência popular".

Os Padres do Cimi não concordam com a situação e prometem combater as "soluções paliativas" propostas pelos grupos de trabalho governamentais, como as transferências de índios ou posseiros para outras áreas:

— Os Kreen-akarores — argumenta o Padre Egidio Schwabe — foram transferidos de seus territórios para outros porque, na verdade, suas terras já estavam tomadas pelos grandes empresários. Então se considerou que os índios — que eram inóportunos. E as terras para onde foram transferidos também já estão ocupadas em grande parte por posseiros, com o agravante que o índio chegou depois.

Levantamentos realizados pelos órgãos governamentais no posto indígena de Chapicó (Santa Catarina) — explica o Padre Egon Heck — apontaram a existência de 150 famílias de intrusos. O Governo decidiu que elas seriam transferidas para o Município de Campo-Ere (SC). Todos foram à visitar as terras e gostaram, mas o INCRA não planejou nenhuma forma de ocupação dessa área pelos posseiros. Até agora a transferência não foi feita.

O Padre Egidio Schwabe acredita que só existe uma solução para a invasão dos territórios indígenas, diante do avanço dos grandes empresários: uma reforma agrária em profundidade, que precisará contar com a integral autoridade do Governo e a boa vontade dos grandes empresários.

## MUITOS DONOS PARA UM MESMO TERRITÓRIO

O mapa e o levantamento do padre: 1) A área maior era considerada de usufruto dos bororo desde 20 de janeiro de 1902, quando foi fundada a Colônia Salesiana de Merure.

2) As áreas a leste foram as primeiras a deixarem de ser consideradas de usufruto dos bororo, por decreto do Governador do Mato Grosso, Dom Francisco de Aquino Correa, em 26 de junho de 1918.

3) As áreas ao Norte foram doadas pelo mesmo decreto à Missão Salesiana, que possui os títulos definitivos de propriedade. A doação foi feita pelo mesmo decreto do Governador, em 26 de junho de 1918.

4) As áreas vazias ao Sul e ao Norte (em branco) foram também doadas pelo mesmo decreto ao usufruto dos bororo.

5) As áreas ao centro foram o que sobrou hoje para os bororo, sem contestações.

6) Os círculos (com bolinhas brancas) são as fazendas dos posseiros, que intensificaram o processo de ocupação do território do Governo do Mato Grosso, da Missão Salesiana e do usufruto dos bororo, a partir de 1959, por autorização verbal do Governador João Ponce de Arruda.

O Padre Rudolf solicitou e a Funai aprovou que a reserva indígena abrangesse toda a área original de usufruto dos índios em 1902. Isso criou um primeiro grande problema, pois implicava a expulsão dos posseiros das margens do rio das Garças, que é de grande importância econômica e cultural para os posseiros e índios. O segundo grande problema é que, graças à proteção de governadores e prefeitos, alguns posseiros chegam a ter títulos definitivos das terras, até mesmo dentro da área de propriedade da Missão Salesiana. Por isso exigiam indenização para saírem da terra, e que não foi aprovada pelo Governo. No momento da morte do Padre Rudolf, os posseiros reclamavam a indenização. Não se sabe se o Padre prometeu-a aos posseiros e não conseguiu que a Funai a aprovasse.

ÁREAS CONSIDERADAS DO USUFRUTO DOS ÍNDIOS BOROROS DESDE A FUNDAÇÃO DA COLÔNIA INDÍGENA MERURE, AOS 10.1.1902, ABANDONADAS DEPOIS EM VIRTUDE DO DEC. DE 26.6.1918.

FAZENDAS COM TÍTULOS DEFINITIVOS DENTRO DA ÁREA DA MISSÃO SALESIANA.

ÁREAS COM TÍTULOS DEFINITIVOS DA MISSÃO SALESIANA.

ÚLTIMOS RESTOS, NÃO CONTESTADOS, DA ÁREA DE 25 MIL HECTARES DOADA POR DOM FRANCISCO DE AQUINO CORREA AOS ÍNDIOS BORORO, EM 1918.

ÁREAS COM TÍTULOS DEFINITIVOS DE TERCEIROS. ÁREAS DECLARADAMENTE OCUPADAS ("DIREITO DE POSSE"), PORÉM NÃO TITULADAS.

ÁREAS DOADAS AO USUFRUTO DOS ÍNDIOS BORORO POR DOM FRANCISCO DE AQUINO CORREA, GOV. DO EST., ATRAVÉS DE RESOLUÇÃO DE 26.6.1918 E MUTILADAS COM AUTORIZAÇÃO VERBAL DO GOV. JOÃO PONCE DE ARRUDA, EM 1959.

LIMITES DA RESERVA NOVA, SOLICITADA PELOS ÍNDIOS BORORO, APRESENTADA AO PRES. DA FUNAI, GAL. ISMART DE ARAUJO OLIVEIRA, EM 2.9.1974. POSTERIORMENTE APROVADA PELA FUNAI, COMO RESERVA INDÍGENA.

